

Estabelece os percentuais incidentes sobre saques, depósitos e troca de numerário para remuneração da instituição custodiante Banco do Brasil.

RESOLVE:

I - a tarifa máxima será de 0,3% incidente sobre o valor da operação;

III - a tarifa aplicada sobre as operações de troca efetivadas com numerário não utilizável ou dilacerado será de 0,15%, exceto em São Paulo e Caxias do Sul, onde será de 0,11%;

IV - as operações de troca envolvendo o fornecimento de cédulas novas ou utilizáveis das denominações R\$2, R\$5 e R\$10, em contrapartida ao recebimento de numerário não utilizável ou dilacerado de qualquer denominação, serão isentas da cobrança de tarifa sobre a parcela do numerário recebido equivalente ao valor financeiro daquelas denominações fornecidas;

V - as operações de troca envolvendo o fornecimento de moedas metálicas serão isentas da cobrança de tarifa sobre a parcela equivalente ao valor financeiro das moedas fornecidas; e

VI - o Anexo 1 apresenta a tabela de remuneração válida a partir de 24 de junho de 2022.

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa nº 284, de 22 de junho de 2022.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra na data de sua publicação.

Antonio José Medina Lima, Junior

Anexo 1 – Remuneração da instituição Custodiante a partir de 24 de junho de 2022.

Dependência	UF	Saques Efetivados ou Cancelados com remuneração			Depósitos Efetivados	Trocas Efetivadas			
		Solicitação em:				Com recebimento de:		Com fornecimento de	
		D-2	D-1	D		Utilizável	Não utilizável e dilacerado	R\$2,R\$5 e R\$10 (*)	Moedas metálicas
Salvador	BA	0,2580%	0,3000%	0,3000%	0,2580%	0,2580%	0,1500%	Isentas	
Fortaleza	CE								
Brasília	DF								
Belo Horizonte	MG								
Belém	PA								
Recife	PE								
São José dos Pinhais	PR								
Rio de Janeiro	RJ								

São Paulo	SP	0,1890%	0,2200%	0,2200%	0,1890%	0,1890%	0,1100%
Caxias do Sul	RS	0,2200%	0,2200%	0,2200%	0,2200%	0,2200%	0,1100%
Todas as outras		0,3000%	0,3000%	0,3000%	0,3000%	0,3000%	0,1500%
(*) Em contrapartida ao recebimento de numerário não utilizável ou dilacerado de qualquer denominação.							

NOTA

O Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020, regulamenta a realização de análise de impacto regulatório (AIR) como pré-requisito à edição de ato normativo. Entretanto, em seu artigo 4º, o referido decreto estabelece as hipóteses de dispensa de realização de AIR. A presente IN BCB se enquadra na hipótese prevista no inciso III, qual seja, ato normativo considerado de baixo impacto. Assim, com base no inciso III do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020, entende-se que a publicação da presente IN BCB está dispensada da realização de AIR.